

*3 SET 1989

Alternativa para a dívida externa

ESTADO DE SÃO PAULO

Não se sabe ainda se no curto prazo de que dispõe conseguirá o Brasil chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, do que resultaria não só a liberação de recursos do próprio organismo como também do Banco Mundial, dos bancos comerciais e do governo japonês. Com tais aportes, não teríamos dificuldades em honrar nossos compromissos com a comunidade financeira internacional (2,3 bilhões de dólares somente em setembro), podendo o atual governo transferir ao próximo uma situação de pagamentos em dia e com boas reservas, permitindo o início de nova rodada com os credores estrangeiros no quadro do Plano Brady. Contudo, à falta de tal acordo, só nos restará procurar alternativas para que se possa criar um clima favorável ao novo governo no que tange à questão da dívida externa.

Continuamos acreditando que o almejado acordo, ainda que dificultado por limitações de tempo (deverá ser firmado até março de 1990), acompanhado de desembolso apenas simbólico por parte do organismo internacional, seria a melhor solução. No entanto, sabemos que a "Velha Dama de Washington"

tem usos e costumes dificilmente superáveis. Nos meses que antecederam o início da Nova República, Tancredo Neves insistira em que o FMI firmasse acordo com o governo Figueiredo, dando-lhe aval moral para que os entendimentos chegassem a bom termo. Sua intervenção, porém, foi inútil, sabendo-se que a Nova República recorreu à solução da moratória por incapacidade de chegar, posteriormente, ao mencionado acordo. Tal desiderato continua válido para o FMI, embora seus membros mais esclarecidos — a começar pelo diretor-geral do órgão, sr. Michel Camdessus — reconheçam que melhor seria contribuir para que se estabelecesse um clima de tranquilidade. Todavia, no âmbito do *board* do organismo internacional, existem vozes que consideram que o renome da instituição seria afetado se esta assinasse um acordo com um país que estabeleceu, como meta essencial, a estabilização da inflação a 30% ao mês...

É evidente que o governo brasileiro não concordará em assumir compromissos que reduziriam a nível perigoso nossas reservas internacionais, podendo provocar uma crise cam-

bial que acabaria por desembocar na dolarização da economia nacional. Mas, pergunta-se, existiriam outras alternativas?

Há que subordinar a questão ao próprio interesse dos credores estrangeiros, cujo porta-voz foi certamente o presidente do Citicorp, John Reed, na sua recente visita ao Brasil. Reed pronunciou-se claramente contra uma moratória, reconhecendo porém, ao mesmo tempo, que se houvesse atrasos justificados por parte do Brasil no pagamento dos juros tal não representaria uma situação dramática. Mas, justificados a que título? Cumpre-nos interpretar tal posição ao lembrar que o presidente do banco norte-americano defendeu a conclusão de um acordo com o FMI, deixando entrever que interviria, em favor do mesmo, aliás desejado, pelo próprio subsecretário do Tesouro de Washington. Daí nossa interpretação de que o atraso nos pagamentos dos juros poderia ser justificado pela não-ultimação do referido acordo. O maior credor do Brasil reconhece que cumpre ao governo de Brasília manter suas reservas a um nível adequado, para que o País não caia numa hiperinflação.

Pode-se agora indagar se não seria possível ao Brasil obter um adiamento oficial dos juros a pagar ou um esquema prevendo o pagamento de apenas uma parte dessas somas com os próprios credores. Acreditamos que seria uma solução interessante para ambas as partes.

Não se trata, por certo, de uma solução ideal, porquanto estamos transferindo ao próximo governo pesado compromisso que terá de ser discutido no início de um novo mandato, seguramente pouco favorável a uma solução desapaixonada da questão da dívida externa. Cumpre acrescentar que a primeira tarefa do novo governo será a de definir uma política econômica de estabilização para que se saia de uma inflação elevadíssima, providência que deveria anteceder uma renegociação com os credores estrangeiros.

O governo brasileiro está consultando os bancos credores em busca de uma solução: não têm estes os mesmos constrangimentos que afetam o FMI para que se encontre uma saída que pelo menos a curto prazo possa afastar as nuvens que nos ameaçam.